

Movimento Passe Livre de Brasília: por uma vida sem Catracas¹

Priscilla Caroline de Sousa Brito

Graduanda do curso de Ciência Política / UnB

Palavras-chave: Movimento Passe Livre; Instituições políticas; Identidade; Estratégia; Ação direta.

Key Words: Passe Livre Movement; Political institutions; Identity; Strategy; Direct action.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo observar as tensões que surgem quando um movimento social de orientação radical empreende ações no âmbito das instituições políticas. Para tanto, parte-se do estudo de um caso específico: o Movimento Passe Livre de Brasília (MPL).

ABSTRACT: This article intends to observe the tensions that may arise when a social movement of radical orientation engage in actions within the ambit of political institutions. Given this purpose, the analysis is centered on a specific case study: the Passe Livre Movement of Brasilia.

Introdução

O Movimento Passe Livre Nacional surgiu a partir de uma série de manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público. As primeiras ocorreram em Salvador, em 2003, e ficaram conhecidas como a "Revolta do Buzú". No ano seguinte, ocorreu "A Revolta da Catraca", em Florianópolis².

Embora o passe livre já constasse na pauta de reivindicações do Movimento Estudantil há muito tempo, era visto como garantia de acesso à educação. A partir das manifestações, começou a incidir sobre a demanda a influência de grupos autônomos, especialmente os de orientação anarquista, o que levou a uma ampliação do seu significado. O passe livre passou a ser visto não só como meio de acesso à educação, mas também à cultura, ao lazer, ao trabalho (ABRAMO, 2007). Posteriormente, na constituição do Movimento Nacional, a postura se radicalizou e ganhou a dimensão de tomada da cidade. A partir daí a demanda passou a ser o passe livre universal.

Visto como uma forma de ação política antagonista, fundamentada explicitamente no princípio da autonomia, o MPL é um caso em que os dilemas que surgem da interação com as instituições políticas são importantes no sentido de definir concretamente as suas capacidades. A identidade do movimento impõe dilemas à atuação do grupo de Brasília: ele precisa conciliar a identidade autônoma e a necessidade de diálogo com o Governo.

A motivação inicial da pesquisa era fazer um estudo de caso com um dos movimentos juvenis de Brasília que se destacasse pelas ações empreendidas. Para tanto, fiz um mapeamento prévio, em março de 2008, que permitiu a identificação do Movimento Passe Livre como um ator relevante na rede. Em seguida, uma análise das informações disponibilizadas no *blog* do grupo de Brasília e no site do Movimento Passe Livre Nacional revelou algumas características do grupo, um pouco de sua história, os princípios adotados e os tipos de ações empreendidas. Além da moti-

vação inicial, a disponibilidade de informações sobre o movimento e a facilidade de acesso ao grupo tornou-o um caso interessante para um estudo no âmbito da graduação.

A metodologia adotada foi a realização de observação participante em reuniões do Movimento e três entrevistas com militantes do MPL, entre os meios de abril e maio do mesmo ano, baseadas em um roteiro semi-estruturado com doze questões abertas. Como explicarei mais adiante, no período da pesquisa poucos militantes participavam ativamente das reuniões. O critério de escolha dos três entrevistados foi, portanto, o da maior frequência nas reuniões observadas. Neste trabalho, optei por oferecer-lhes o anonimato, como uma forma de resguardá-los dos erros que eu possa ter cometido na análise das informações coletadas.

As atividades da pesquisa foram muito importantes porque permitiram esclarecer algumas dúvidas e conhecer o movimento com um pouco mais de profundidade. Pela própria trajetória de luta do movimento, defini como foco da pesquisa a forma como o movimento concilia a sua perspectiva autonomista de negação ao sistema capitalista e às formas tradicionais de organização política com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Ou seja, de que maneira lida com o dilema entre identidade e estratégia.

Bases teóricas

Na teoria social, diferentes definições são dadas para os movimentos sociais. Estas definições apresentam algumas diferenças importantes entre si, já que o seu conteúdo simbólico se relaciona diretamente com o contexto político onde os movimentos se encontram e as dimensões que as suas ações atingem. Ou seja, a preocupação em formular teorias que tentem explicar que tipo de ação coletiva é o movimento social advém da importância dos movimentos como sujeitos históricos. Como característica constante entre as definições, identifiquei a atribuição de que os movimentos se caracterizam principalmente pelas

¹ O trabalho é fruto de uma pesquisa de três meses desenvolvida no âmbito da disciplina de "Política e Movimentos Sociais", ministrada pela professora Marisa von Bülow, no primeiro semestre de 2008, na Universidade de Brasília.

² Agradeço a Isadora Cruixên pela paciência na leitura de várias versões do texto e, principalmente, pela ajuda na revisão da versão final. Agradeço também aos comentários de Paique à versão inicial. Por fim, agradeço a todo o grupo PET-POL, que sob a valiosa orientação da professora Marisa von Bülow, se consolida como uma importante experiência acadêmica no âmbito da graduação.

ações que empreendem em prol da mudança.

Não cabe reproduzir aqui a discussão teórica que envolve a definição de movimentos sociais. Mas, como gancho para a análise, retomo o conceito culturalista proposto por Goodwin e Jasper (2005). Estes autores definem movimentos sociais como esforços conscientes, mantidos e compartilhados por pessoas comuns para mudar alguns aspectos da sociedade usando meios extra-institucionais (GOODWIN & JASPER, 2005).

Trata-se de uma definição útil, mas que apresenta algumas limitações. Uma delas é o fato de que, no processo de definição de suas estratégias, os movimentos sociais se deparam com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Em muitos casos, as demandas só podem ser alcançadas por meio de rearranjos no interior dessas instituições. Este é um grande desafio para os movimentos sociais que comprometidos com a mudança precisam se organizar de forma coordenada e coerente – o que o coloca como atores estratégicos nos conflitos do campo social.

Segundo Melucci, a sociedade moderna lembra um "campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos" (MELUCCI, 1997). O desafio de conciliar a sua perspectiva de mudança com o diálogo com as instituições políticas não é um tema novo nos estudos de movimentos sociais. O que é novo, ou melhor, "novíssimo"³, é a forma como esse dilema se configura no que diz respeito aos movimentos sociais que surgem no contexto do processo de globalização.

Reunidos sob o título de Movimentos "Antiglobalização" ou "Alterglobalização", esses movimentos foram responsáveis por uma série de acontecimentos da história política recente. Entre eles, os protestos anti-OMC, em Seattle (1998), contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga (2000) e contra o G8, em Gênova (2001). Esse contexto de questionamento da ordem social vigente e das formas de organização até então utilizadas para mudá-la ajuda a explicar o surgimento de uma ação coletiva como o Movimento Passe Livre.

Os dois marcos significativos desse novo contexto são a globalização e o neoliberalismo, que impulsionam em uma geração de jovens tipos de movimentos que "recriam uma agenda política caracterizada pela afirmação da autonomia e pela negação dos espaços institucionais que se colocam como passíveis de humanização da opressão e das injustiças sociais ocasionadas pelo modelo capitalista" (LÜCHMANN & SOUSA, 2005). Os movimentos juvenis, particularmente, tomam forma de "uma rede de diferentes grupos" nos quais novos modelos culturais são testados e colocados em prática (MELUCCI, 1997). Com o fracasso das experiências socialistas no final do século XX, emergem as críticas às "velhas" formas de organização associadas a elas⁴.

Para tratar da forma como o dilema entre identidade e estratégia emerge no Movimento Passe Livre utilizarei como principal referência o trabalho de Gerardo Munck (1997), *Formação de*

atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais dos movimentos sociais. O trabalho é uma proposta de conciliação de elementos das abordagens européia e americana a cerca dos movimentos sociais. A conclusão ao comparar as duas correntes é a de que nem uma das duas abordou satisfatoriamente o problema da estratégia:

"Meu objetivo final é, então, mostrar que uma síntese que parta das contribuições dos estudiosos americanos e europeus para depois superá-las pode ser útil para revelar novas facetas do problema da estratégia política" (MUNCK, 1997, p. 4).

Munck define os movimentos sociais como "um tipo de ação coletiva orientada para a mudança" (MUNCK, 1997). Ou seja, o movimento precisa se orientar para alcançar um objetivo, pesando as conseqüências de suas ações no meio que o circunda e, ao mesmo tempo, manter a coesão da sua identidade. Isso suscita uma tensão que pode ajudar ou prejudicar o desenvolvimento do movimento, dependendo das escolhas que são feitas. Para o autor, o fracasso ocorre tanto no caso das estratégias se sobreporem à identidade quanto no caso contrário.

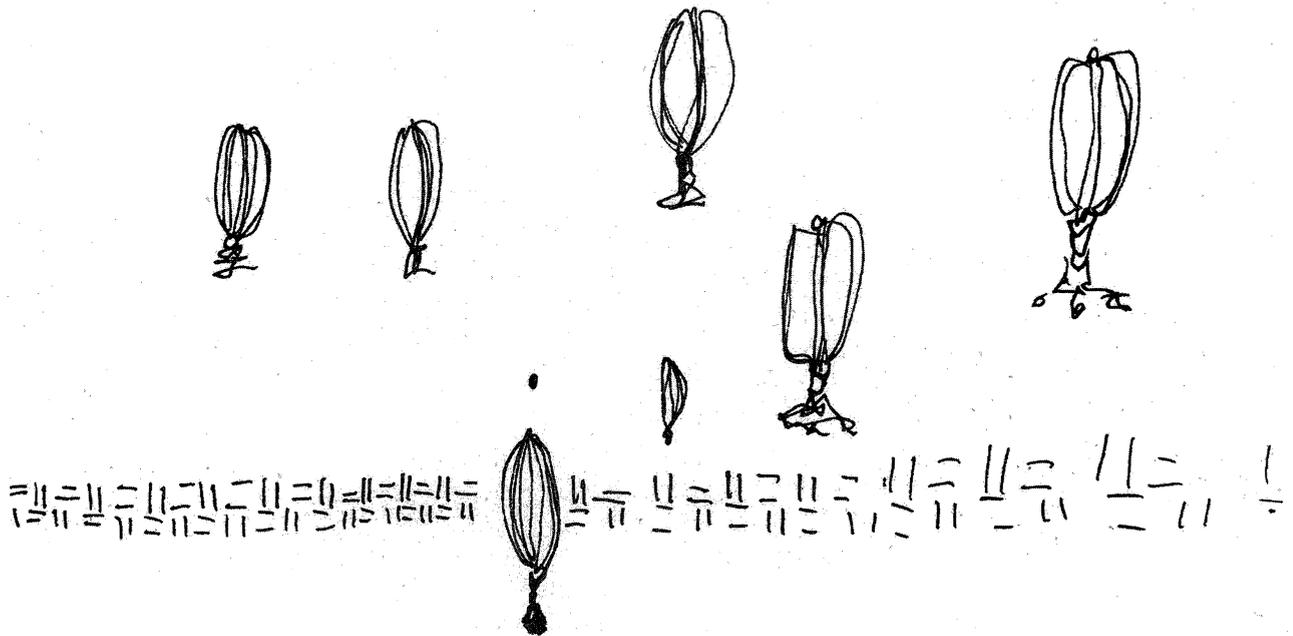
O autor lembra que o movimento está situado no âmbito da sociedade, esfera que o leva a distinguir quatro "caminhos" a serem seguidos. Ao ser formado, o movimento é definido como autolimitado, situação na qual ele contrapõe-se à esfera político-institucional, restringindo-se à arena da sociedade civil e assim mantendo uma coerência entre meios e fins. Permanecer aí, no entanto, pode comprometer seu compromisso com a mudança. Ao deparar-se com os problemas da estratégia, ele pode se tornar "politicamente orientado", uma "força política populista" ou uma "força política fundamentalista" (MUNCK, 1997, p. 10).

"Se por um lado, a identidade dos movimentos está associada a sua capacidade de atuar de forma autônoma, ou seja, não dirigida por partidos ou governos, por outro lado, a eficácia política dos movimentos depende das relações que suas lideranças são capazes de estabelecer com o meio político-institucional. Esses princípios (autonomia e eficácia), embora não sejam excludentes, trazem exigências de operação distintas, conformando um âmbito próprio de dilemas e tensões constitutivas às relações entre esses dois campos" (TATAGIBA, 2008).

Colocadas como tipos ideais, essas categorias são úteis na análise porque permitem levar em conta a dinâmica da ação coletiva. No entanto, não devem ser tomadas como categorias exclusivas, no sentido de que as mudanças deveriam ocorrer em um único sentido. Como veremos, a dinâmica dos movimentos permite que eles se orientem de diferentes maneiras, a partir do contexto em que se situam.

³ Sobre os "novíssimos sujeitos" que entram em cena, ver GOHN, Maria da Glória. "Novas teorias dos movimentos sociais". São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁴ No entanto, é preciso ressaltar que apesar da crítica, o socialismo é resgatado no interior desses movimentos sob diferentes leituras.



Unid@s pela liberdade de ir e vir

“As pessoas que participam de um movimento têm uma forma de ver a política, valores em que acreditam. O movimento é, portanto, uma construção coletiva” (Informação verbal, 2008).

Para reconstruir uma parte da sua história de forma a elucidar o problema proposto pela pesquisa, mantereí o foco na constituição do passe livre como bandeira de luta do movimento e na maneira como seu significado foi sendo ampliado ao longo do tempo.

O passe livre sempre era reivindicado pelo Movimento Estudantil como garantia de acesso à educação. Com o passe livre, os jovens que não tivessem condições não ficariam impedidos de frequentar a escola, o que democratizaria o acesso ao ensino. Mas, as manifestações contra o aumento das passagens, ocorridas em Salvador em 2003, trouxeram à tona a importância da demanda não só como um direito dos estudantes, mas sobretudo como um direito dos jovens. Como explicou um dos entrevistados:

“O Movimento Estudantil tende a valorizar a questão do passe livre para facilitar a mobilidade dos estudantes. A importância de tornar isso uma exigência maior é perceber que o passe livre é a valorização da sociabilidade entre as pessoas. Podemos atuar na cidade se pudermos nos movimentar mais, conhecendo pessoas e lugares novos. Difícilmente isso ocorre se é preciso pagar. O passe livre para toda a população facilita a promoção da interação entre os vários lugares da cidade” (Informação verbal, 2008).

Conhecidas como a “Revolta do Buzú”, as manifestações impressionaram pela mobilização que geraram. Em quase vinte dias, reuniram cerca de vinte mil pessoas. As diferentes interpretações da demanda podem ser vistas como consequência da pluralidade de grupos envolvidos.

“Houve divergência sobre a condução do movimento, o que revela diferenças de postura política de compreensão sobre a definição da demanda, o caráter de representação e o sentido político do acontecimento” (ABRAMO, 2007, p. 24).

No entanto, a ideia de um movimento só ganharia força com a chamada “Revolta da Catraca”, ocorrida em Florianópolis em 2004. A Revolta pode ser entendida como resultado de uma campanha pelo passe livre, iniciada em 2000 pelo grupo Juventude e Revolução, do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando o grupo se desvinculou do partido, a campanha ganhou força, alcançando o seu auge em 2004 (MENDES, 2007).

A insatisfação da população com a precariedade do sistema de transporte público fez com que milhares de pessoas se reunissem nas manifestações, que tiveram como característica marcante – assim como em Salvador – a diversidade de grupos juvenis participantes.

No final de 2005, um Projeto de Lei pelo passe livre com cerca de duas mil assinaturas foi aprovado na Câmara de Vereadores de Florianópolis. No entanto, pouco tempo depois ele foi vetado pelo Tribunal de Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Diversas manifestações foram feitas, mas não conseguiram reverter o veto.

As experiências de Salvador e Florianópolis foram levadas ao V Fórum Social Mundial em 2005. Ali nasceu oficialmente o Movimento Passe Livre.

Na "Plenária Nacional pelo Passe Livre" foram fixados os princípios que orientariam as ações dos grupos nas cidades: apartidarismo, autonomia, horizontalidade e anticapitalismo.

Além da questão da garantia de acesso à educação, o movimento, de forma geral, incorporou a crítica às formas de organização do espaço social. Estar próximo das pessoas em aglomerações urbanas coloca diferentes possibilidades que redefinem as interações sociais. "Os agentes sociais são constituídos como tais nas e pelas relações que estabelecem em um determinado espaço social" (NUNES, 2007). O espaço físico é também, simbolicamente, o espaço social. Mudá-lo significa transformar as relações sociais existentes. Como o preço das passagens é visto como o instrumento de exclusão social, a mudança só seria possível com a instituição do passe livre universal.

A partir dali pipocaram movimentos em diversas cidades do país. Em Brasília, o processo teve algumas particularidades. O Movimento não nasceu de forma "espontânea" como em Florianópolis. Na verdade, a demanda foi usada como uma forma de articular ações ativistas radicais. Segundo um dos militantes,

"Quando a gente começou a desenvolver o Centro de Mídia Independente (CMI) aqui em Brasília, um coletivo de ativismo radical, não existia mobilização no sentido da luta autônoma. (...) Mesmo assim começamos a nos articular para incentivar as coisas aqui. O resultado foi o Encontro dos Grupos Autônomos [2005], que na verdade reuniu pessoas com uma perspectiva parecida, autônoma, porque os grupos ainda não existiam". (Informação verbal, 2008).

Inspirado nos Encontros de Grupos Autônomos do Brasil, ocorridos em São Paulo em 2004, o Encontro teve como objetivo propor formas diferentes de atuação política, sem depender do financiamento privado ou estatal (MENDES, 2007). Algumas pessoas que participaram das manifestações em Salvador e Florianópolis estavam vinculadas ao Centro de Mídia Independente (CMI)⁵. Portanto, a demanda pelo passe livre e suas novas formas de interpretação já eram conhecidas pelo grupo. Dada a precariedade do sistema transporte público em Brasília, a conjuntura era favorável para a criação de um grupo que propusesse a reflexão sobre as maneiras de modificá-lo. Além disso, "cada grupo tinha uma pauta diferente, mas eles se uniram em torno da pauta do passe livre. A partir deste momento, houve uma relação maior entre eles", como afirma um dos participantes (informação verbal, 2008).

A adesão do movimento de Brasília ao Movimento Nacional foi feita oficialmente por meio de carta aprovada em assembléia dia 13 de maio de 2006. Antes constituído como um grupo à parte, o MPL de Brasília tinha como princípios a autonomia, a horizontalidade, o apartidarismo e a politização. A vinculação acarretou a inclusão

do princípio da independência e a substituição do princípio de politização pelo de anticapitalismo.

A horizontalidade é proposta no sentido de que não há uma organização hierárquica interna. Apesar do movimento se dividir em grupos de trabalho para organizar as atividades, as decisões são tomadas preferencialmente por consenso. Claro que isso não elimina o fato de que há militantes que participam mais ativamente e outros que apenas comparecem às manifestações.

A decisão de não se vincular a partidos foi colocada desde a consolidação do movimento em Florianópolis. Na prática, o apartidarismo representa a negação da atuação política dos partidos. A autonomia, por sua vez, é proposta no sentido do movimento escolher suas próprias formas de atuação; enquanto a Independência tem a ver com o não recebimento de financiamento estatal ou privado. Por fim, o anticapitalismo, refere-se à negação do sistema capitalista.

É importante perceber que há aí uma forte influência do anarquismo, o qual permite uma dupla negação: tanto dos espaços institucionais vigentes, como das experiências socialistas conhecidas. De um modo geral, o reconhecimento da identidade do movimento se dá, portanto, na afirmação de princípios como os do Movimento Passe Livre.

As estratégias de ação e afirmação da autonomia

"Não somos um movimento reformista, propomos mudanças reais. Mas não podemos negar que estamos dentro de um modelo de sociedade e que temos que lidar com ele. É por isso que mediamos em algumas situações" (Informação verbal, 2008).

Para entender melhor a atuação do movimento no período estudado, é preciso levar em conta algumas especificidades das fases pelas quais ele passou. Na primeira fase do movimento em Brasília, a principal luta era pelo passe livre para estudantes e desempregados. De forma a começar a empreender ações diretas, contudo, o grupo se envolveu em diversos conflitos relacionados ao transporte, desde manifestações contra os aumentos das tarifas até o questionamento do estado de conservação dos veículos. Em Brasília, o estado de conservação dos veículos é lastimável e com o crescimento populacional, problemas como os engarrafamentos são cada vez mais constantes.

"Tempo de espera na parada, estado de conservação dos ônibus, reclamações, insatisfação, indignação!" "Os problemas mais comuns são em relação a manutenção da frota. Os ônibus não têm menor condição de uso, já estão bastante ultrapassados e isso compromete a segurança do profissional, quanto dos passageiros. São problemas de freio, pneu careca, excesso de ruído e excesso de calor,

⁵ O Independent Media Center (Centro Independente de Mídia) é uma rede de comunicação dirigida coletivamente que visa à criação de narrações mais fidedignas sobre as ações dos movimentos sociais ao redor do mundo. Foi criado por volta de 1999, por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa, com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle (ANTOON, 2001).

Eu diria que o serviço de transporte coletivo em Brasília está, totalmente, abandonado”, relata João Osório, presidente do Sindicato dos Rodoviários” (MONACO, 2005).

Essa ampliação da demanda permitiu que mesmo aquelas pessoas que não se identificavam com o ativismo radical passassem a apoiar o movimento. O

mesmo aconteceu com outros grupos da sociedade civil, como os sindicatos (Informação verbal, 2008).

As ações diretas se tornaram atraentes para os jovens e para a mídia principalmente por causa da linguagem criativa utilizada. A partir das informações obtidas nas entrevistas, elaborei o quadro a seguir, que contém uma breve explicação das principais formas de protesto empreendidas pelo MPL:

Quadro I: Principais atividades empreendidas pelo MPL de Brasília

Catracação	Atividade de divulgação do movimento. Estudantes entram no ônibus, falam para os passageiros sobre o Passe Livre, pulam a catraca, em ato simbólico, e descem em seguida.
Exército Revolucionário Insurgente de Palhaços (ERIP)	Inspirado nas manifestações do grupo <i>Clandestine Insurgent Rebel Clown Army</i> , da Inglaterra, mistura linguagem artística e ações radicais. O ERIP foi criado três dias antes de uma manifestação ocorrida em 2006. Os militantes sabiam da possibilidade de confronto com a polícia nesta manifestação, mas os palhaços amenizaram o problema e conferiram graça à manifestação.
Bicicletadas	A Bicicletada é um movimento presente em muitos países do mundo. Em geral, os ciclistas se reúnem para reivindicar seu espaço nas ruas. Os principais objetivos da Bicicletada são: divulgar a bicicleta como um meio de transporte; criar condições favoráveis para o uso deste veículo; e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano. O MPL se articula com os grupos que promovem essas manifestações para fazê-las em conjunto com as manifestações do movimento, o que confere ao ato a dimensão da crítica ao sistema de transportes como um todo.
Ocupações	As ocupações de protesto em geral são feitas com o intuito de ocupar espaços públicos que reflipam simbolicamente a dominação ideológica a que o movimento se opõe e são utilizadas no Brasil principalmente pelo Movimento Estudantil, nas chamadas “Ocupações de Reitoria”. Também servem para dar visibilidade à causa. O MPL promove ocupações em pistas movimentadas e prédios de órgãos públicos relacionados ao transporte, por exemplo.
Escracho	Forma de difamação pública criada pelo movimento H.I.J.O.S., grupo que reúne os filhos de desaparecidos e assassinados durante a última ditadura militar argentina. Pode ser feito de diversas maneiras, como em manifestações artísticas, discursos e através de cartazes. O mote dos escrachos é que se o sistema judiciário não funciona, as próprias pessoas podem fazer justiça.
Trabalho de Base	Consiste em promover ações de conscientização sobre a importância da demanda do movimento. É realizado principalmente em escolas secundaristas e locais públicos, como a rodoviária do Plano Piloto.

As apresentações do Exército de Palhaços e o Catracaço são ações específicas do MPL. Outras, como a bicicletada e as ocupações, foram incorporadas a partir da interação e da identificação com os grupos que as promovem.

Em 2006, o grupo empreendeu a formulação de um projeto de lei baseado em projetos de outros MPLs. A ação foi uma tentativa de obter um resultado específico – o passe livre para estudantes e desempregados – através das instituições políticas. Este é um ponto importante porque nos permite perceber de que forma o movimento organizou a ação de maneira a conciliá-la com os seus princípios. É justamente aí que se encontra o principal interesse desse trabalho: a maneira como o grupo, fundamentado em princípios que em grande medida negam as instituições políticas, orientou a sua ação de forma a atingir ou modificar algo no interior destas.

Na tentativa de conciliar a estratégia com a identidade do movimento, o Projeto de Lei apresentado era de iniciativa popular. Alguns deputados chegaram a fazer propostas parecidas, mas o movimento se recusou a apoiá-los.

"No dia 28 de Abril ocorreu uma audiência pública na câmara dos Deputados sobre o Passe Livre estudantil, promovida por deputados distritais que apóiam o projeto. O MPL-DF apresentou seus argumentos, defendendo que a proposta deve ser apresentada de maneira autônoma e pelas próprias pessoas envolvidas [as/os estudantes]" (BOLETIM MPL-DF, Maio de 2005, com modificações)

A entrega simbólica do projeto com as assinaturas foi feita no dia 26 de outubro de 2005, dia nacional das lutas pelo passe livre. O Projeto de Lei entregue pelo MPL foi rejeitado. Uma das propostas apresentadas por um dos deputados da Câmara Distrital chegou a ser aprovada; mas assim, como em Florianópolis, foi entendido como inconstitucional. A iniciativa do movimento demonstra que em determinado momento, somente as ações diretas não bastavam para sustentar a perspectiva de mudança.

Ao mesmo tempo, a apresentação do Projeto de Lei também pode ser entendida como a consolidação da demanda como o principal elemento da identidade do grupo. Na sua formação, o passe livre foi definido mais como um elemento agregador que permitiria que determinados grupos – orientados por uma perspectiva autonomista e anti-capitalista – atuassem através de ações diretas. Mas o Projeto demonstra que em determinado momento a demanda se sobrepôs a essa aspiração inicial. Tanto que o Projeto de Lei não fazia referência ao passe livre universal.

Cientes das mudanças, os próprios militantes propuseram uma fase de reclusão, a fim de fortalecer a *identidade* do movimento. As manifestações deixaram de ser realizadas por um ano e o grupo se concentrou na investigação da natureza da sua demanda. Estudos sobre o sistema de transporte do Distrito Federal, questões legais e

de experiências ativistas radicais foram compartilhadas entre os militantes.

Embora tenha sido consenso que essa fase de recolhimento era necessária para a consolidação da identidade do movimento, ela acarretou um processo de desmobilização. As reuniões se esvaziaram.

Vale lembrar, portanto, que o aspecto temporal é importante para definir a orientação do movimento nesse momento específico. Seguindo a classificação proposta por Munck, é possível dizer que a postura adotada foi fundamentalista, ou seja, de proteção da identidade diante dos riscos impostos pelas novas dimensões do grupo. No entanto, segundo um dos militantes, "embora tenha permitido o diálogo, o período esvaziou o movimento. E não há como promover a mudança sem mobilizar as pessoas" (Informação verbal, 2008).

Para Munck, a força social fundamentalista é aquela que não assume a sua orientação para a mudança por não querer aceitar os riscos da relação com o meio institucional. O dilema da atitude dos militantes está no fato de que, se por um lado o período fortaleceu sua identidade, por outro fragilizou sua capacidade de mobilização, prejudicando a sua atuação estratégica.

Um pouco além das estratégias: a permanência do movimento

"Continuar nesse movimento é entender que o que construímos, tudo o que nós fizemos, modificou a percepção do espaço urbano, mesmo que numa experiência mais localizada" (Informação verbal, 2008).

Por que continuar participando do movimento? Quando a pergunta foi feita para os entrevistados, as respostas foram semelhantes: o que importa é a perspectiva de que a ação coletiva promove uma mudança contínua, ainda que a demanda pareça inalcançável. Como afirma uma militante do movimento, "o que me leva a continuar participando é a idéia de que 'nós precisamos fazer alguma coisa sempre'" (Informação verbal, 2008).

A idéia por trás dessa percepção é a de que movimentos sociais funcionam mais como uma forma de questionar a lógica da organização social, não só pelas ações que empreendem, mas pelo simples fato de existirem. "Objetivos com certeza existem, mas eles são esporádicos e até certo ponto substituíveis" (MELUCCI, 1997).

Os princípios afirmados propiciaram uma forma de demonstrar pertencimento, fazendo do Movimento um foco centralizador de projetos emergentes de diferentes atores. A existência do movimento acaba influenciando outros atores, que passam a questionar suas ações, em um processo fluido e contingente. Dois entrevistados citaram a opção pela organização horizontal no Movimento de Ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília⁶.

No âmbito nacional, é possível perceber que a perspectiva sobre a questão da mobilidade vem se

⁶ No dia 2 de Abril estudantes ocuparam a reitoria da Universidade de Brasília, em protesto contra as denúncias de corrupção na administração da Universidade. A ocupação durou cerca de 15 dias.

modificando, embora não seja possível delimitar em que medida se trata da influência do MPL.

"As cidades devem possibilitar a mobilidade e a convivência juvenil, facilitando aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer. Para isso, é preciso que haja uma maior interação entre a gestão e a organização do espaço urbano com as questões juvenis" (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2008).

No entanto, vale lembrar que esta perspectiva foi ressaltada na pesquisa por conta de uma de suas limitações: os militantes entrevistados são os mais ativos em um período de baixa mobilização, quando o movimento saía da sua fase se reclusão. Ou seja, são os atores que melhor se identificam com o conflito e dão sentido a ele. Nesse caso, participar do movimento é mais interessante pela experiência que ele permite do que pela conquista da sua demanda. Talvez para outros, a demora na obtenção do direito motiva a não-participação. A postura fundamentalista faz com que as interpretações sobre o significado político do movimento se multipliquem e o grupo perde a capacidade de coordenar-se em prol da mudança.

Conclusões Gerais

O Movimento Passe Livre (MPL) constituiu-se como um dos grupos de destaque do ativismo juvenil de Brasília. Sua demanda, o passe livre universal, é um desafio através do qual se questiona a exclusão social promovida pela forma de organização do espaço urbano.

Os princípios nos quais o movimento se afirma são mais bem compreendidos no contexto histórico e social da geração nascida nos marcos da globalização, do neoliberalismo e do fracasso das experiências socialistas. Embora nem sempre diretamente citado, o anarquismo constitui-se como uma referência importante porque permite e dupla negação: tanto das instituições políticas

como das formas de organização que se opunham a elas, vinculadas ao socialismo.

Na perspectiva do trabalho de Gerardo Munck (1997), o MPL tem dificuldade de lidar com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Por isso, a ênfase recai sobre as ações diretas, realizadas no âmbito da sociedade civil. Como uma experiência em pequena escala, o movimento é capaz de influenciar outros grupos, pois sua forma de ação antagonista faz dele um "desafio simbólico", nas palavras de Melucci (1997).

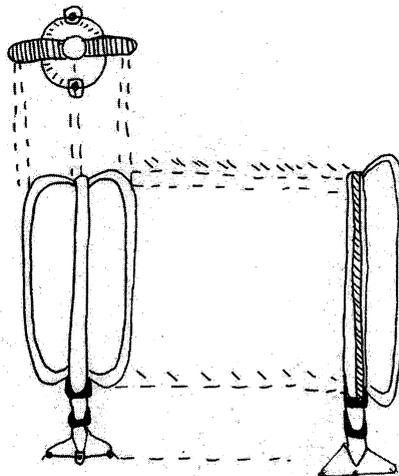
Não existem, contudo, conquistas objetivas. O desafio, portanto, é conciliar a natureza da sua identidade com as estratégias que o orientam. A verdadeira aspiração, o passe livre universal, depende da força e da capacidade do movimento de transformar de fato a realidade. Pela sua forma atual, o caminho é longo e o risco de limitar-se a uma política de identidade é significativo.

É preciso considerar também as dificuldades de chamar a atenção despertada no início do movimento. Não há muitas perspectivas de conseguir alcançar a tarifa zero, porque isso implicaria mudanças significativas na percepção do espaço social, o que dificulta a mobilização. O compromisso com a mudança, como um todo, fica comprometido. Embora haja o empenho por parte dos fundadores em continuar com as ações diretas, é até difícil para novos integrantes perceberem o significado profundo da demanda.

Por isso, a dificuldade com classificação dada por Munck diz respeito aos aspectos temporais da dinâmica do Movimento. Embora o caso tenda a encaixar-se na definição de autolimitado, esta definição não dá conta dos dilemas específicos que surgiram da fase de reclusão do movimento, momento da definição dos novos termos utilizados nas ações.

O importante é perceber, portanto, que apresentar os dilemas que envolvem o diálogo entre o movimento e as instituições políticas nos termos da dicotomia *identidade e estratégia* não pode implicar a redução do significado que o movimento assume como ator estratégico dos conflitos sociais. Sua atuação se desenvolve por meio de um processo fluido e contingente, que muitas vezes vai além das nossas possibilidades de apreensão da realidade.

Submetido em Setembro de 2008
Aprovado em Maio de 2009



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE (2008). *Documento Base*. Brasília, Secretária Nacional de Juventude.
- ABRAMO, Helena. (2007). *Juventude e integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional Brasil*. Rio de Janeiro, Ibase e Instituto Polis.
- ANTOUN, Henrique. "Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia". *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº 16, dezembro de 2001.
- BICICLETADA. <http://www.bicicletada.org/O+que+%C3%A9>. Acessado em 29 de Junho de 2008.
- BOLETIM MPL-DF. <http://brasil.indymedia.org/media/2005/05/316458.pdf> .. Acessado em 27 de Junho de 2008.
- ESCRACHE. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/08/33518.shtml> (Acessado em 28 de Junho de 2008) e <http://www.brazil-brasil.com/content/view/261/44/>.
- GOHN, Maria da Glória (2008). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, São Paulo, Edições Loyola.
- GOODWIN, Jeff e JASPER, James M (2005). "Editors' Introduction", in: Goodwin e Japer (orgs). *The Social Movements Reader: cases and concepts*, Malden.
- LÜCHMANN, Lígia & SOUSA, Janice (2005). "Geração, Democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil Contemporâneo". In *Serviço Social e Sociedade*. Santa Catarina, Ed. Cortez.
- MELUCCI, Alberto (1997). "Juventude, tempo e movimentos sociais". *Revista Young*, vol. 4, nº2.
- MENDES, Elisa Rosas (2007). "Por uma vida sem catracas!": Um estudo sobre o movimento passe livre. Monografia de graduação em Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- MONACO, Rafael. "Caminhos do transporte: Ônibus". DFTV, Brasília, 5 de set. 2005. Disponível em: <<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDDO-2941--110682-0,00.html>>. Acesso em 7 de junho de 2009.
- MUNCK, Gerardo (1997). "Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo de Movimentos Sociais". *Revista Dados*, vol. 40 nº1.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (2007). "Consumo e Identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal". *Revista sociedade e Estado*, vol. 22, nº3.
- TATAGIBA, Luciana (2008). *Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura*. Campinas, Paper apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

Agradecimentos: à minha família, por tudo. À Isadora e à Paula, pelos comentários.